

N.F. Nº - 210765.0049/20-3
NOTIFICADO - PROQUIGEL QUÍMICA S/A
NOTIFICANTE - MARISA SOUZA RIBEIRO
ORIGEM - IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET -15.10.2020

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0309-06/20NF-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL. ETANOL. Aquisição interestadual de Etanol Hidratado para outros fins, efetivada por contribuinte não detentor de Regime Especial para pagamento postergado do imposto. Infração insubsistente. Sujeito Passivo logra êxito em elidir a ação fiscal. Documentos acostados à defesa, comprovam que o Impugnante detinha, à época da fiscalização, Regime Especial para pagamento do ICMS devido por Antecipação Tributária Parcial até o dia 25 do mês seguinte ao da entrada da mercadoria. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 18/01/2020, exige do Notificado ICMS no valor histórico de R\$11.551,81, mais multa de 60%, equivalente a R\$6.931,09, perfazendo um total de R\$18.482,90, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 54.05.08: Falta de recolhimento do ICMS, referente à antecipação tributária parcial, antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta, por meio de advogado, peça defensiva, às fls. 16/38, preliminarmente a tempestividade da impugnação e informando ser pessoa jurídica de direito privado, que tem como objeto social a produção, importação e exportação de produtos químicos em geral, fertilizantes, bem como a fabricação e comercialização de chapas de resinas acrílicas e de policarbonatos, e que adquire de outros Estados diversos insumos, a exemplo de ÁLCOOL HIDRATADO para outros fins, procedentes de São Paulo.

Assevera que, conforme Parecer Final 11.652/2017, referente ao Processo nº 0701260175, exarado em 04/05/2017, por titular da repartição fiscal da SEFAZ/BA (doc. 02), está autorizada para o recolhimento do imposto até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria.

Cita o conteúdo da alínea “i”, inc. V do art. 332, bem como o §4º do mesmo artigo, para embasar sua alegação referente ao prazo postergado de recolhimento do imposto, e reproduz trecho do supramencionado parecer com o mesmo intuito. Acresce que, na NF-e nº 305.486, que foi objeto da Notificação, consta expressamente, no campo dos dados adicionais, a indicação da autorização para efetuar o recolhimento de forma postergada.

Finaliza a peça defensiva, requerendo: 1) o acolhimento da impugnação; 2) a juntada posterior de documentos, bem como a realização de diligências fiscais, para a constatação dos fatos alegados e análise dos documentos colacionados; 3) que todas as publicações e intimações sejam realizadas em nome dos patronos da causa.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

Registrada a presença da defensora da Notificação Fiscal em epígrafe, a Dr^a Karina Vasconcelos do Nascimento, OAB/BA – 17.881, a qual fez sustentação oral, por vídeo conferência, conforme regulamento do CONSEF/SEFAZ.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide, exige ICMS do Notificado no valor histórico de R\$11.551,81, mais multa de 60%, equivalente a R\$6.931,09, perfazendo um total de R\$18.482,90, e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

Inicialmente, verifico que a descrição fática trata de contribuinte, que não possui regime especial para o pagamento no prazo, conforme o que prevê o artigo 296 do RICMS/12, adquirindo mercadoria (Álcool Hidratado para outros fins), procedente de outra Unidade da Federação, sem o devido recolhimento do ICMS Antecipação Parcial (fl. 01). A mercadoria descrita no DANFE nº 305.486, emitido em 16/01/2020, (fl. 04), de fato, é ETANOL HIDRATADO, com NCM 2207.10.90. Na fl. 03, consta memória de cálculo, cuja metodologia aplicada remete à apuração de ICMS devido pelo regime da Antecipação Parcial. Ressalto, ainda, que a Notificação foi lavrada por Agente de Tributos lotado na IFMT SUL em 18/01/2020.

O Impugnante alega que conforme Parecer Final nº 11.652/2017, referente ao Processo nº 0701260175, exarado em 04/05/2017, por titular da repartição fiscal da SEFAZ/BA (doc. 02), está autorizada para o recolhimento do imposto até o dia 25 do mês subsequente ao da entrada da mercadoria. Acresce que, na NF-e nº 305.486, que foi objeto da Notificação, consta expressamente, no campo dos dados adicionais, a indicação da autorização para efetuar o recolhimento de forma postergada.

Compulsando os documentos acostados nos autos pelo Impugnante, constato que, de fato, à época da ação fiscal que resultou na lavratura da Notificação (18/01/2020), o mesmo era possuidor de Regime Especial para pagamento do ICMS devido por Antecipação Tributária até o dia 25 do mês seguinte ao da entrada da mercadoria, conforme Parecer Final nº 11.652/2017, exarado pela DITRI/SEFAZ-BA em 04/05/2017, (fl. 36). Neste documento, consta de maneira expressa, o benefício referente ao pagamento postergado do imposto, quando da aquisição de Álcool a Granel não destinado a uso automotivo. Improcedendo, portanto, a exigência de imposto pelo Regime da Antecipação Tributária Parcial, na entrada da mercadoria no território baiano.

Note-se que o Impugnante se limitou a questionar a procedência da ação fiscal, contudo sem comprovar ter efetuado o recolhimento do imposto devido, referente à operação de aquisição acobertada pelo DANFE 305.486. Pelo que, nos termos do art. 21 do RPAF-BA/99, recomendo à autoridade fazendária da circunscrição fiscal do contribuinte, que analise a possibilidade de verificar, se de fato ocorreu o efetivo recolhimento *a posteriori*, do valor relativo a esta aquisição, adotando as medidas cabíveis.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **210765.0049/20-3**, lavrada contra **PROQUIGEL QUÍMICA S/A**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 08 de outubro de 2020

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR